

Os cristãos e a política: Uma reconsideração de algumas questões fundamentais (*)

Ênio R. Mueller

As últimas décadas têm visto o crescimento de um fenômeno bastante interessante e digno de profundas análises: a tomada de consciência do povo cristão das suas responsabilidades com relação ao mundo criado por Deus. E aí dentro se situa, em posição de destaque, o que poderíamos chamar de "envolvimento sócio-político" dos cristãos. É dentro deste cenário que o presente trabalho se situa, e é em relação às questões mais prementes que ele suscita que estas páginas querem se posicionar, ou pelo menos buscar uma posição de onde se consiga enxergar determinadas coisas de um ângulo mais favorável.

I

Limitando-nos à experiência brasileira dos últimos anos, constatamos facilmente que a questão está longe de alcançar um consenso, mesmo se nos restringirmos a uma fração do mundo nominalmente cristão como a dos evangélicos, dentro da qual nós próprios nos situamos. De fato, a questão sócio-política tem sido, em muitos lugares, um motivo a mais para a já considerável gana por divisão reinante entre nós. E assim, somadas às divisões já existentes no mundo cristão, temos agora a divisão entre cristãos conservadores e cristãos progressistas, para fazer uso de um chavão de domínio popular.

Como avaliar tal situação? Alguns critérios me parece que temos. Em primeiro lugar, o testemunho bíblico como um todo parece claro

* Texto apresentado no I Encontro do Núcleo Catarinense da Fraternidade Teológica Latino-americana --- seção Brasil, em Florianópolis, em 11/03/1989.

acerca da importância de termos uma percepção adequada do Deus Criador e da criação por Ele sustentada até este momento. As implicações disto para uma presença consciente do povo de Deus nos processos de sustentação do mundo criado também estão sendo lidas cada vez melhor. Dentro deste testemunho bíblico, convém ressaltar questões básicas como a do Deus que se posiciona pela vida contra a morte, e a do Deus que se posiciona pelos pobres e deserdados contra os que se aproveitam de uma ordem vigente para continuar a mantê-los pobres e deserdados. Mesmo que lingüisticamente talvez não haja ainda concordância geral entre os cristãos acerca destes aspectos do testemunho bíblico, me parece que a consciência deles se torna gradualmente um ponto pacífico.

Por outro lado, quando chega o momento de pensar e viver as implicações práticas de tal testemunho bíblico, a coisa muda um pouco. Dos mesmos princípios se tiram conclusões práticas bastante diferentes. E qualquer tentativa de reverter este quadro não parece contar com muitas chances. O pluralismo político é parte indiscutível da realidade do povo de Deus. Na nossa realidade brasileira isto é por demais evidente.

O que fazer? É certo que antagonismos extremados como os que temos presenciado na participação política dos cristãos são negativos para o testemunho evangélico neste país. Quem está com a razão? Creio que linhas mestras no testemunho bíblico, como as acima apontadas, devem nos orientar para a busca destas respostas.

II

Sem querer escamotear a complexidade do problema, penso que devemos com coragem tentar sacar alguns princípios a partir do testemunho bíblico para dentro do atual momento da nossa realidade brasileira. Nestes termos, me parece que as grandes linhas deveriam ser as seguintes:

(a) Deus é o Criador e Mantenedor da *vida*, e é segundo este princípio que governa a Sua criação. Este princípio foi poderosamente reiterado por Jesus, tanto na Sua missão terrena ("Eu vim para que tenham vida") como na Sua morte e ressurreição, suprema vitória da vida e suprema negação da morte. O mesmo princípio norteia ainda a perspectiva escatológica do testemunho bíblico: o futuro de Deus é o da vitória final da vida sobre a morte.

(b) Deus por princípio é *igualitário*. Cria todos os homens com igual amor e consideração, com igual reflexo da Sua própria imagem. O

povo de Israel, quando recebeu uma terra, repartiu-a de forma igualitária, inclusive provendo proteções legais para que de tempos em tempos a situação revertisse a esta situação original de básica igualdade. Jesus morreu na cruz por todos de forma igual, sendo esta talvez a maior instância de “igualização” que conhecemos. O apóstolo Paulo, quando fala sobre a questão, enuncia claramente um princípio de igualdade (“...e assim haja igualdade”, 2 Co 8:15). A perspectiva escatológica certamente nos permite pensar na instauração final de tal princípio nas relações humanas.

(c) Este princípio de igualdade, quando confrontado com uma realidade fundamentalmente desigual, gera o seguinte fato: **Deus assume o lado dos menos favorecidos**. Isto é muito fácil de compreender. Deus quer igualdade; como a balança pende demasiadamente para um lado, Ele se coloca do outro lado, para que assim a balança possa chegar novamente a um ponto de equilíbrio. Chegamos, por esta direção, a um Deus “parcial” e comprometido com o destino dos mais fracos na sociedade. Mas isso é exatamente por ser Deus o único verdadeiramente imparcial. E é no exercício desta imparcialidade que Ele se torna coerentemente parcial.

III

Sacar conclusões do acima exposto para dentro do nosso momento e da nossa realidade não é tão fácil como poderia parecer após tal enunciado de princípios. Mas tentemos.

Primeiramente, temos a *questão da vida*. Aqui, algumas coisas podem ser ditas de saída. A Bíblia trabalha com um conceito amplo de “vida”. Esta vida tem uma dimensão transcendente que lhe é fundamental, e este ponto nunca pode ser ignorado. Mas o caminho da vida escatológica passa pela vida no corpo e no mundo aqui e agora. E também aí o princípio é de um Deus a favor da vida e contra a morte. Isso significa que devemos lutar por uma vida digna para todos, que todos tenham não só assegurada a vida como assegurados os meios para reproduzi-la de uma forma digna. Deus dá testemunho de que trabalha para isso, p.ex., quando faz um pacto com Noé, ainda hoje simbolizado por cada arco-íris que aparece neste céu verde-amarelo. Deus se compromete a cuidar da ordem criada, para que o caos não mais a subverta. Jesus, ilustrando isto, diz que Deus dá o sol e chuva para justos e injustos. Assim, toda presença sócio-política deve ser avaliada a partir deste critério fun-

damental. O que significa ser a favor da vida dentro de uma situação economicamente complexa como a nossa, pode nem sempre estar completamente claro, mas as práticas devem estar orientadas na direção deste princípio fundamental.

Em segundo lugar, *o princípio da igualdade, que conduz ao princípio do posicionamento em favor dos desfavorecidos*. Penso que no Brasil de hoje isto significa uma clara posição de apoio aos movimentos populares. A história nos ensina que quem está no poder vai lutar para perpetuar esta posição. Isto é inerente ao próprio princípio do poder, e ainda mais numa situação de conflito de classes mais ou menos exacerbado. Assim, a única possibilidade de se colocar na prática ao lado dos desfavorecidos é assumindo a sua perspectiva, e se empenhando para que os movimentos populares possam se consolidar e que assim o povo menos favorecido possa ele próprio conquistar seu espaço na direção de uma igualdade maior no sistema. O cristão tem, assim, um comprometimento básico com uma mudança de perspectiva, da perspectiva dos favorecidos no sistema para a perspectiva dos desfavorecidos.

IV

Dito tudo isto, chegamos a uma questão de ordem tanto prática como teórica: como vai se conduzir concretamente esta prática sócio-política dos cristãos? Uma das primeiras coisas que logo pensamos é: a qual partido político vamos nos afiliar? Isso vai dentro de um pensamento básico de que é por essa via que a coisa vai se decidir. Este problema tem que ser um pouco melhor refletido.

A conceituação de "política" é um problema. É célebre a designação de Aristóteles do homem como *animal político*. Por este conceito, toda ação humana, enquanto praticada dentro da circunscrição geográfica em que ele convive com outros homens, é política. O grande problema com este conceito é que tende a estar em contradição com a própria prática de conceituarmos as coisas: conceitos amplos demais são cada vez menos explicativos, e assim cada vez mais inúteis enquanto conceitos, que é o que pretendem ser.

Uma segunda conotação é a da política enquanto prática específica, norteada por regras e normas e circunscrita, no grande volume das suas ações, a um número restrito. A questão da representatividade não nos interessa aqui, mas teoricamente ela faz participantes dos resultados finais desta prática política todos aqueles que votaram em determinados

indivíduos ou partidos, referendando assim e conferindo representatividade aos mesmos.

Em princípio, então, teríamos que decidir entre qual conceito de "política" seria o mais apropriado. A confusão reinante em virtude exatamente de uma confusão entre os dois aparece muito bem em frases correntes como: "tudo é político, mas nem tudo é política". O mais provável, contudo, é que, mesmo que decidamos para nós próprios qual o conceito que mais serve, tenhamos que sempre ficar perguntando sobre o que determinada pessoa está pensando quando fala em "política".

V

Dentro das igrejas, a ambigüidade projetada pela confusão conceptual com relação à política tem feito seus estragos. Pensemos somente no surgimento, nos fins da década de 50 e na década de 60, de correntes na direção de uma "teologia política" ou ao menos que colocam a política como centro das preocupações. Uma acusação mais ou menos implícita ali era de que o grosso do povo cristão seria "apolítico", e com isso infiel ao mandato de Deus com relação às questões relacionadas com a política. Ora, num conceito amplo de política, ser "apolítico" é impossível, uma vez que tudo, mesmo a não-participação consciente, tende a ser ato político. Num conceito mais restrito, defender a irrecusabilidade da participação dos cristãos no jogo político concreto nunca foi projeto muito acariciado, por se saber dos problemas inerentes a tal pensamento.

Assim, as teologias políticas já partem de uma constatação não muito defensável. O máximo que se poderia pedir e ambicionar seria que o povo cristão crescesse em consciência política, e nesse ponto estes movimentos teológicos certamente foram importantes. Mas se empenhar para um crescimento da consciência política ainda não é a mesma coisa que definir a modalidade de participação na política. E aí houve confusão. Desde o princípio, houve um vício básico: a boa tarefa de inculcar maior consciência política vinha mesclada na grande parte das teologias políticas com uma opção pré-fixada por determinados modelos de participação política, que geravam a equação: consciência política = participação política segundo modelo X.

Assim é que praticamente todo esse processo de conscientização política do povo cristão foi conduzido em direção a moldes muito unifor-

mes: crescer em consciência política significava assumir uma posição socialista. Um crescimento de consciência que não desembocasse ali não seria considerado como tal. Por sua parte, isso gerou naqueles do povo cristão que não concordavam com esta equação uma severa reação em direção a princípios conservadores e reacionários. E com isso se comprovou que o "apolitismo" do povo cristão era na verdade um mito: quando fustigados a participar da política no sentido mais estrito, eles tiraram as conclusões lógicas da posição política latente entre eles no seu "apolitismo": uma posição conservadora e de tendências direitistas.

Aconteceu, assim, uma crescente radicalização no seio do próprio povo cristão, que chega na América Latina de hoje ao ponto de se falar em uma "luta de deuses": o deus dos cristãos de direita, mantenedores do *status quo*, e o deus "bíblico" dos cristãos de esquerda. Para estes, o ateísmo marxista inclusive pode ser considerado ateísmo do falso deus capitalista, com isso provendo espaço para uma fé no "verdadeiro" Deus que apóia o socialismo.

Como se posicionar diante deste quadro? Constantemente estão a nos repetir que qualquer "terceira via" é um conceito absurdo, e na prática mantenedor da situação. O negócio é decidir entre socialismo e capitalismo. De fato, as "terceiras vias" políticas experimentadas no história do Continente têm dado lenha para isso. O conflito que surge desta situação é inevitável. O povo de Deus se cinde em lados contrários que chegarão a uma mútua anatemiação. Com tudo isto, onde foi parar o evangelho de Jesus Cristo?

VI

Meu propósito aqui é de sugerir um trilho que, dentro do quadro acima esboçado, é mais ou menos novo, embora tenha uma história pelo menos tão antiga quanto qualquer dos dois lados em questão. Em linhas gerais, poderíamos designá-lo por *anarquismo*, como tem de fato sido designado historicamente. Os princípios amplos deste anarquismo seriam:

(a) a oposição consciente a toda e qualquer autoridade que se coloque acima daqueles sobre os quais é exercida. Isto está na etimologia do termo. *An-arqué* aponta para a ausência de toda "arquia".

(b) a busca por uma consciência política de tal ordem em todos os cidadãos ou membros da sociedade civil que dispensa toda e qualquer estrutura de governo.

(c) em termos da participação no mundo da política tal como hoje temos, isso implica numa *política da antipolítica*, ou seja, uma participação que vise ultimamente à própria implosão do sistema político.

(d) esta busca pela implosão da política se deve fundamentalmente a uma noção precisa de *poder*, que é considerado como basicamente corrupto e corrompente, especialmente no jogo de forças que é o mundo moderno tal como o temos.

VII

Neste trabalho, como já diz o título, não me proponho nem a assumir eu próprio uma posição radicalmente anarquista, nem a fazer "propaganda política" por tal posição. O propósito é antes trazer à consideração do povo de Deus que já passou ou está passando pelo processo de conscientização política acima mencionado uma linha alternativa que até agora tem sido pouco pensada ou sequer mencionada. Ao meu ver, ela representa um ponto-de-vista importante e que merece estudo mais sério de nossa parte. Me proponho aqui a perseguir três linhas em princípio diferentes, mas que pretendem desembocar na nossa realidade política presente neste chão brasileiro. São hipóteses que mereceriam, ao meu ver, um estudo mais sério para uma verificação das suas possibilidades de iluminar o nosso horizonte político atual e a participação dos cristãos dentro dele.

VIII

A primeira linha é a que tem sido designada como *anarquia cristã*. O representante mais conhecido dela hoje é, sem dúvida, o francês Jacques Ellul. A obra de Ellul como um todo pode ser considerada uma abrangente crítica da sociedade do nosso tempo. Trata-se de uma crítica comprometida e feita de dentro, como todos que conhecem Ellul deverão concordar. O texto mais conhecido de Ellul em que ele defende a sua opção anarquista ainda não está traduzido para o português, e só recentemente teve tradução para o inglês. É um artigo que apareceu em livro em 1979, numa coletânea de pequenos textos do autor sobre o tema "A ideologia marxista cristã". O texto sobre o anarquismo se intitula "Anarquismo e Cristianismo" (Jacques Ellul, *L'ideologie marxiste chrétienne*, 1979, p. 197-227). Nele, o autor defende, em primeiro lugar, que o anarquismo seria a tendência mais bíblica: num estudo panorâmico do

Antigo e Novo Testamentos, ele destaca uma básica opção "anarquista" dentro da Sagrada Escritura. Logicamente, ela é anarquista dentro de uma dimensão horizontal, mas que é necessariamente o limite da existência política. O conceito de "teocracia" nunca será exequível, a não ser num horizonte escatológico, quando o próprio Senhor Jesus assumir o governo da humanidade. À parte disso, o conceito sempre se transmuta numa "hierocracia" com efeitos devastadores para o próprio cristianismo, como a história bem nos ensina.

Sem querer entrar nos detalhes da exposição de Ellul, creio que um sério estudo da tradição bíblica sob esta perspectiva com relação à política seria muito bem-vindo. É bastante provável que tal estudo traria alterações sensíveis ao esboço apresentado neste artigo, e talvez nos obrigasse até a reformulá-lo como um todo. Mas certamente a tese de que a tradição política mais forte dentro da Bíblia seria mais ou menos anarquista tem muita coisa a seu favor.

O estudo de Ellul é retomado pelo americano Vernard Eller, num livro intitulado "Anarquia Cristã: A primazia de Jesus sobre os poderes" (Vernard ELLER, **Christian Anarchy: Jesus' Primacy Over the Powers**, 1987). Junto com a retrospectiva bíblica baseada em grande parte no texto de Ellul, Eller coloca no seu horizonte toda a História do cristianismo. Sua tese é de que esta posição anarquista inerente ao testemunho bíblico sempre teve seus seguidores ao longo da história da igreja. Um momento crucial nesta história seria para ele a redescoberta deste princípio anarquista dentro da tradição anabatista na Reforma. De lá para cá, essa tradição representou uma linha contínua dentro do cristianismo. Entre os nomes mais recentes que ele alista estão, p. ex., Blumhardt pai e Blumhardt filho, Karl Barth e Dietrich Bonhoeffer, e por último Jacques Ellul.

Pessoalmente tenho várias reservas quanto ao estudo de Eller como um todo, e também quanto à sua caracterização de vários teólogos conhecidos como anarquistas. Acho que ele talvez tenha se comprometido demasiadamente com determinado conceito ou posição, e isso faz com que ele imponha demais sua lentes aos textos que lê. Isso, todavia, não tira a importância do seu texto, especialmente por chamar a atenção novamente a um elemento que tinha sido negligenciado nos estudos da tradição cristã.

Assim, penso que temos aí um veio que precisa urgentemente ser perseguido por estudos mais sérios: a tendência anarquista dentro da história do cristianismo, e o que ela tem a nos ensinar dentro do momento histórico em que vivemos. O argumento da primazia de Jesus sobre os

poderes conta com embasamento bíblico, ao meu ver, bastante sólido, e as conseqüências teológicas a se tirar daí me parecem também de não pouca monta.

IX

Uma segunda trilha dentro do trilho maior que estamos contemplando é a que está incrustada dentro do complexo maior que tem recebido o nome de "socialismo". Sabidamente o socialismo é uma idéia anterior a Marx. Já temos em português um bom número de estudos sobre os socialismos pré-marxistas, muitas vezes designados um tanto erroneamente como "socialismos utópicos". Tal socialismo faz parte inclusive da própria história do cristianismo, à medida em que têm assumido estas convicções e exercido considerável influência no seio das igrejas.

A polêmica no interior do socialismo entre os anos de 1840 a 1880 é uma coisa que tem que ser ainda melhor estudada. Vale dizer, é o período da atuação de Marx. A sua polêmica pessoal com os "socialistas utópicos" é bastante conhecida, e penso que hoje em dia é tratada quase sempre de forma um pouco unilateral, dada a grande influência do marxismo. Simplesmente se convencionou acreditar que o socialismo marxista representa o "socialismo científico" e que ao lado dele qualquer outro socialismo é ingenuamente ineficaz e politicamente indefensável.

Uma das hipóteses que gostaria de ver testada é a de que o próprio Marx tem uma veia basicamente anarquista. Suas posições com relação ao Estado, ao socialismo, ao comunismo e à ditadura do proletariado são reconhecidamente ambivalentes. Em textos jornalísticos da década de 40, a sua crítica ao Estado é profunda e contundente, com conclusões que radicalmente encaradas sugerem uma sociedade anarquista, pois ele é basicamente contra o Estado em favor da sociedade civil. Esta última é a única realidade que ele reconhece, sendo o Estado uma abstração.

Além disso, a caracterização que Marx faz do comunismo, nos poucos textos em que detalha um pouco a questão, lembra de perto uma sociedade anárquica. Creio que ainda estamos por verificar melhor a sua opção por um período transitório entre a revolução proletária e o alvorecer desta sociedade comunista. Este período de transição, com sua ditadura do proletariado, me parece um ponto bastante ambíguo nos escritos marxianos; e o destino de todas as revoluções socialistas mostra que ele representa na verdade um fosso intransponível, que nenhuma revolução histórica conseguiu nem de longe ultrapassar.

Penso que há uma inconsistência básica entre os meios e os fins neste capítulo do pensamento marxista. Como se poderá chegar a uma

sociedade sem Estado através do agigantamento e totalização do próprio Estado é coisa que ainda tem que ser intelectualmente e praticamente melhor explicada. Os posteriores desenvolvimentos teóricos no seio do marxismo pouco têm ajudado neste aspecto. A teoria do partido como vanguarda revolucionária, de Lenin, na prática leva na mesma direção do agigantamento do Estado em detrimento da sociedade civil, beco que no fim se verifica sem saída. E todas as teorias de vanguardas sofrem essencialmente do mesmo mal. Contudo, são fundamentais à prática política marxista.

X

Finalmente, uma terceira trilha que gostaria de propor para mais estudos se situa geograficamente mais perto de nós. É sabido que no Brasil já houve um forte movimento anarquista. Com a vinda de levas de imigrantes europeus na virada do século, vieram também, especialmente entre os imigrantes da orla do Mediterrâneo, as idéias anarquistas. Durante o período de 1890 a 1920, grosso modo, presenciamos uma primeira fase de industrialização em nossa história. E junto com ela a organização dos trabalhadores e dos movimentos operários.

Durante as três décadas mencionadas, houve uma organização operária e sindical que, começando praticamente do zero, chegou a níveis bastante razoáveis para as condições históricas da época. Nesta época se organizaram os primeiros sindicatos e associações de trabalhadores, e foi nessa época que o operariado começou a se conscientizar da sua posição de classe e da sua importância dentro da estrutura capitalista. A partir do fim da segunda década do século XX, o marxismo foi se impondo gradualmente como a posição ideológica do operariado, mesmo que nunca tenha chegado realmente a se impor aí dentro até os dias de hoje. A vitória da revolução russa, que encheu de esperanças os trabalhadores mais conscientizados do mundo inteiro, repercutiu intensamente também no Brasil. E junto com ela, a história de como o movimento anarquista russo foi dizimado pela revolução socialista vitoriosa. Tudo isto teve grande influência numa "virada ideológica" que se fez notar nas organizações de trabalhadores.

Uma hipótese que seria interessante de perseguir é a seguinte: que o operariado brasileiro, medido pelas circunstâncias históricas da época, progrediu bastante no período de predominância do anarco-sindicalismo, e que a virada em direção ao marxismo, quando medida pe-

los efeitos atribuíveis ao próprio marxismo sobre os trabalhadores, não chegou a superar tal progresso. Certamente os trabalhadores são hoje muito melhor organizados no País do que naquele tempo, e certamente também o marxismo teve sua parcela nisto. Mas não podemos esquecer que o grosso do operariado (referindo-me só ao operariado mais conscientizado) nunca pode ser chamado propriamente de "marxista". E gostaria até de sugerir que em alguns aspectos a tradição anarquista continuou a se fazer sentir até os nossos dias. Acho até que em parte a falta de um maior progresso do movimento sindical se deve justamente ao abandono das tradições anarquistas em favor de compromissos com o Estado: de tutela por parte do mesmo no caso dos "pelegos" e de concentração na derrubada do poder de turno, para uma subsequente reorganização do Estado em moldes diferentes, no caso dos marxistas.

XI

Estas três vertentes que viemos analisando poderiam confluir hoje, ao meu ver, numa definição de uma postura do povo cristão dentro da nossa realidade sócio-política. Dentro da própria Teologia da Libertação, acho que podemos falar de uma crescente desilusão com a luta pelo poder em moldes marxistas, e uma tendência a se posicionar ao lado dos movimentos populares sem a tutela do marxismo e dos marxistas. O anarquismo é basicamente uma tradição das classes populares. Vimos acima como o compromisso com os movimentos populares parece ser um princípio dedutível do compromisso cristão.

Não creio que estejamos em condições de descrever um compromisso nas linhas aqui traçadas. E creio que devemos sempre lembrar que basicamente a proposta anarquista é utópica. Mas utópicas também são, em suas últimas conseqüências e princípios, a proposta capitalista e a proposta socialista, como Franz Hinkelammert tão bem demonstrou (no seu livro **Crítica à Razão Utópica**, 1984). Tudo que podemos falar é sempre como tendências. Assim, penso que uma tendência anarquista se ajusta muito bem ao compromisso cristão e, por outro lado, à tumultuada realidade latino-americana dos nossos dias. Um dos problemas básicos que sofremos em nossa história é o agigantamento indevido do Estado e da sua influência. Desde sempre em nossa história estamos acostumados à tutela do Estado em todo canto e lado, e desde sempre estamos acostumados também ao hábito de considerar que os políticos estão acima de qualquer lei e acima dos mortais comuns.

Por isso, pessoalmente o meu problema básico com a esquerda ideológica é que ela propõe um exacerbo ainda maior da função do Estado, e penso que isso é caminhar na contramão. Os movimentos populares devem ser apoiados com todo empenho, para que o povo possa ele próprio conquistar seu espaço e chegar a um padrão de dignidade a que corretamente aspira. A sociedade civil deve ser estimulada a crescer em educação e consciência de que não necessita da tutela de Estado algum para governar sobre ela e sugar seu sangue. Na inevitabilidade de alguma estrutura de poder, deveríamos lutar pela sua descentralização e regionalização, quanto mais melhor. Quanto mais perto estiverem aqueles que têm poder daqueles que o sofrem, melhor.

A questão, então, e para concluir, não é propor uma nova ideologia, um novo "ismo" aos cristãos do nosso tempo. Ao contrário, é propor uma saudável atitude de suspeita em relação a todo e qualquer "ismo" que pensa em galgar ao poder. É sustentar a primazia de Jesus Cristo sobre todo poder que se possa nomear "no céu, na terra e debaixo da terra". E isso não num marco de radicalização utópica, mas de tendência em direção a, de saber para que lado estamos indo, e o que leva para lá e o que não leva para lá. E também é parar de namorar o poder, em qualquer nível, mesmo dentro da própria igreja. O caminho não necessariamente passa por tomada de poder. E diria mais: o caminho passa necessariamente pela desmitificação e implosão do próprio poder enquanto tal, abrindo caminho assim para uma relação de amor e serviço entre os homens. É acabar com as profundas marcas que a luta diária por poder deixa em nós, recusando toda e qualquer forma de manipulação que coloque outros em meu poder e a meu serviço. Esta é a verdadeira revolução que o mundo não conhece, e que para nós é esperança que nos leva a orar pela vinda do Senhor, o Senhor que abriu mão de todo poder para implantar o poder do amor, e assim abrir uma nova era em que o face-a-face com Deus leva ao face-a-face com o homem numa relação de igual para igual, de filho de Deus com filho de Deus.